

POLÍTICA ECONÔMICA

Proposta de baixar juros divide opiniões

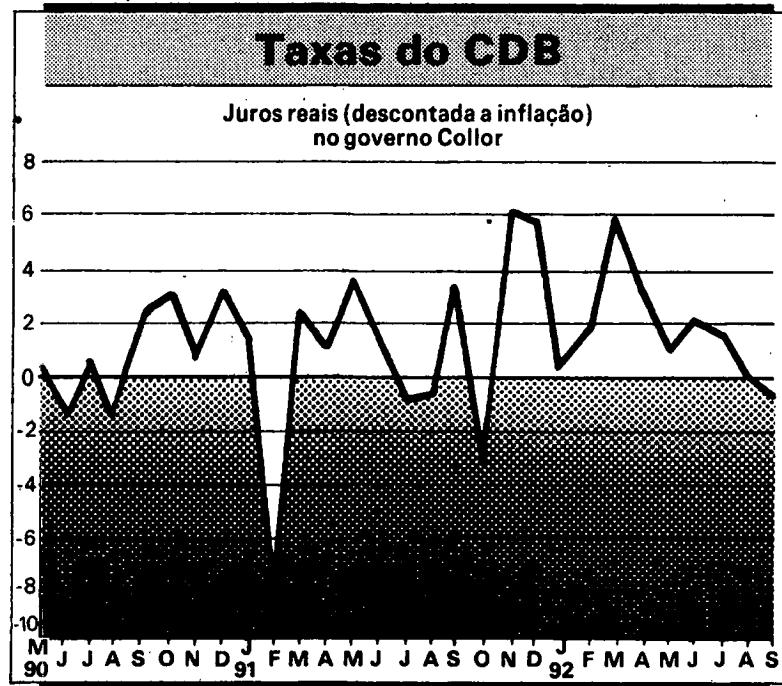
Dinheiro barato pode facilitar criação de empregos, mas especialistas dizem que uma política frouxa pode alimentar a inflação

ANGELO PAVINI

A idéia de que a redução dos juros é inviável no curto prazo não é unânime. Para o economista Carlos Antônio Luque, presidente da Ordem dos Economistas, por exemplo, a redução dos juros serviria para reduzir o desemprego e os problemas sociais vividos pelo País. "Os juros altos eram válidos dentro de um contexto de se ganhar tempo para aprovar um ajuste fiscal", afirma. Sem a reforma fiscal, que poderá limitar-se novamente a um mero aumento de impostos, o custo do juro real para a sociedade acaba sendo alto demais. "Há, portanto, espaço para uma redução dos juros, mesmo que isso signifique mais inflação", afirma Luque, comentando que o País agüentou índices mensais muito mais altos que os atuais, de até 80% no final do governo Sarney.

Luque alerta, porém, que, sem a reforma fiscal, a tendência é de que, mais cedo ou mais tarde, os agentes econômicos percam a credibilidade no governo e começem a projetar índices de inflação cada vez mais altos. Com isso, a aceleração da inflação e um choque para controlá-la seriam inevitáveis.

A taxa real de juros só poderá cair quando o governo não tiver mais necessidade de tomar dinheiro emprestado no mercado como forma de controlar a inflação e



quando a confiança dos investidores na política econômica permitir uma remuneração mais baixa. A avaliação é do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Alcides Tápias. O governo, explica Tápias, é o grande tomador de recursos do mercado e, por isso, uma queda dos juros dependerá de alterações estruturais, como o ajuste fiscal, que darão ao mercado a confiança de que o governo conseguirá segurar a inflação. "A estabilidade das regras do jogo, uma vez feito o

ajuste, também ajudará a alongar os prazos", explica.

Tápias chama a atenção também para o impacto do ITF sobre os juros. Se aprovado, o novo imposto seria um elemento a mais a elevar o custo do empréstimo para as empresas, ao mesmo tempo em que reduziria a remuneração do investidor. Assim, o governo teria de aumentar os juros ao aplicador e a empresa, além do juro mais alto, pagaria ainda 0,3% na hora de sacar o dinheiro do banco e 0,3% ao pagar-lo.